Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.049.382	1.063.824
1.01	Ativo Circulante	227.693	201.847
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.233	42.416
1.01.03	Contas a Receber	56.313	52.111
1.01.03.01	Clientes	18.526	17.834
1.01.03.01.01	Revendedores	17.147	15.472
1.01.03.01.02	Consumidores	1.379	2.362
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.787	34.277
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	0	558
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-12.735	-8.600
1.01.03.02.04	Indenização Porto Góes	0	37.690
1.01.03.02.05	Renda da Prestação de Serviços	48.482	2.589
1.01.04	Estoques	1.964	2.111
1.01.07	Despesas Antecipadas	22	65
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	117.161	105.144
1.01.08.03	Outros	117.161	105.144
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	11.697	11.242
1.01.08.03.02	Outros Créditos	20.741	16.404
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	875	221
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	47.712	44.991
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	33.176	31.211
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	2.960	1.075
1.02	Ativo Não Circulante	821.689	861.977
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	450.321	481.776
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	450.321	481.776
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.121	4.691
1.02.01.09.04	Valores a Receber	0	43.123
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	442.200	433.962
1.02.02	Investimentos	28.592	27.905
1.02.03	Imobilizado	342.324	351.731
1.02.04	Intangível	452	565
1.02.04.01	Intangíveis	452	565

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.049.382	1.063.824
2.01	Passivo Circulante	95.473	71.873
2.01.02	Fornecedores	9.471	4.467
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.471	4.467
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.063	4.553
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.693	4.124
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	759	1.135
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	165	246
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.692	2.000
2.01.03.01.05	Outros	1.077	743
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	280	339
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	280	339
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	81.939	62.853
2.01.05.02	Outros	81.939	62.853
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	86	86
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	5.203	4.713
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	12.672	11.081
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	8.808	7.855
2.01.05.02.07	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	647
2.01.05.02.08	Energia de Curto Prazo	0	1.419
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	23.698	22.789
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	16.427	872
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	14.873	13.391
2.02	Passivo Não Circulante	281.530	345.319
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	29.893
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	29.893
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	29.893
2.02.02	Outras Obrigações	96.725	105.495
2.02.02.02	Outros	96.725	105.495
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	149	216
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	79.605	88.308
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	133.054	127.811
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	133.054	127.811
2.02.04	Provisões	51.751	82.120
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.926	31.462
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.109	26.478
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.817	4.984
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	50.658
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	50.658
2.03	Patrimônio Líquido	672.379	646.632
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-162	-25.909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.226	146.175	46.543	136.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.224	-165.270	-53.157	-177.711
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 30)	-66.224	-165.270	-53.157	-177.711
3.03	Resultado Bruto	-15.998	-19.095	-6.614	-41.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.883	4.275	113	24.975
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.883	4.275	113	24.975
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.115	-14.820	-6.501	-16.344
3.06	Resultado Financeiro	17.025	48.753	9.849	39.040
3.06.01	Receitas Financeiras	21.997	59.406	18.720	57.290
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 31)	9.267	28.665	8.609	26.929
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 31)	12.730	30.741	10.111	30.361
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.972	-10.653	-8.871	-18.250
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 31)	-313	-1.336	-322	-1.410
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 31)	-21	-936	-22	-358
3.06.02.03	Entidade de Previdência a Empregados	-4.638	-8.381	-8.527	-16.482
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.910	33.933	3.348	22.696
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.236	-8.186	-6.477	-18.846
3.08.01	Corrente	0	-2.943	0	-9.732
3.08.02	Diferido	-7.236	-5.243	-6.477	-9.114
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.326	25.747	-3.129	3.850
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.326	25.747	-3.129	3.850
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,06531	0,72302	-0,08788	0,10813
3.99.01.02	ON	-0,05937	0,65729	-0,07989	0,09830

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.326	25.747	-3.129	3.850
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.326	25.747	-3.129	3.850

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-32.846	-14.217
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-29.453	-8.746
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	25.747	3.850
6.01.01.02	Depreciação	14.949	18.686
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-44.911	-37.634
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-3.560	-24.609
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.243	9.113
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	4.135	2.158
6.01.01.07	Outras provisões	0	-4.360
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de prov. p/ custos socioambientais	-32.833	32.833
6.01.01.09	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	6.793	3.081
6.01.01.10	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-4.329	-11.394
6.01.01.11	Receita de equivalência patrimonial	-687	-470
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.393	-5.471
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	-1.675	-431
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	983	239
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	558	2.757
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-1.885	0
6.01.02.05	Renda da prestação de serviços	2.174	3.685
6.01.02.06	Tributos e contribuições compensáveis	-455	-547
6.01.02.07	Estoques	147	535
6.01.02.08	Despesas antecipadas	43	95
6.01.02.09	Outros créditos	-4.337	-9.024
6.01.02.10	Cauções e depósitos vinculados	-5.395	-8.469
6.01.02.11	Fornecedores	5.004	-808
6.01.02.12	Folha de pagamento	490	-1.481
6.01.02.13	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.591	1.965
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-557	-3.147
6.01.02.15	Entidade de previdência a empregados	-16.175	-10.707
6.01.02.16	Taxas regulamentares	953	170
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	-475	-110
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	-1.419	0
6.01.02.19	Depósitos vinculados	15.555	12.806
6.01.02.20	Outros passivos	1.482	7.001
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	73.883	-21.487
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	2.917	22.216
6.02.02	Adições ao imobilizado	-5.771	-62.822
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	38.703	30.908
6.02.04	Aumento de capital em controlada	0	-11.789
6.02.05	Indenização Porto Góes	37.690	0
6.02.06	Baixa do ativo imobilizado	344	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.220	-8.843
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	-31.220	-8.843
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.817	-44.547
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.416	69.702

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.233	25.155

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.747	0	25.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.747	0	25.747
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-162	0	672.379

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.850	0	3.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.850	0	3.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.529	5.529	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.529	5.529	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	115.055	-11.861	0	775.735

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	205.726	250.371
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	167.669	159.286
7.01.02	Outras Receitas	36.421	24.628
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.771	68.616
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.135	-2.159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-95.280	-137.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-95.280	-137.639
7.03	Valor Adicionado Bruto	110.446	112.732
7.04	Retenções	-14.949	-18.686
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.949	-18.686
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.497	94.046
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.728	1.680
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	687	470
7.06.02	Receitas Financeiras	28.665	26.929
7.06.03	Outros	-13.624	-25.719
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-8.381	-16.482
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	0	-123
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos	-5.243	-9.114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	111.225	95.726
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	111.225	95.726
7.08.01	Pessoal	68.838	66.952
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.032	59.900
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.909	5.008
7.08.01.04	Outros	1.897	2.044
7.08.01.04.01	Entidade de previdência a empregados (Contrib. ao Plano)	1.897	2.044
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.597	52.886
7.08.02.01	Federais	37.475	45.475
7.08.02.02	Estaduais	73	1.457
7.08.02.03	Municipais	7.049	5.954
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-27.957	-27.962
7.08.03.01	Juros	1.336	1.410
7.08.03.02	Aluguéis	512	631
7.08.03.03	Outras	-29.805	-30.003
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-29.805	-30.003
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.747	3.850
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.747	3.850

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.103.280	1.067.195
1.01	Ativo Circulante	266.800	215.488
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.943	56.502
1.01.03	Contas a Receber	56.313	52.111
1.01.03.01	Clientes	18.526	17.834
1.01.03.01.01	Revendedores	17.147	15.472
1.01.03.01.02	Consumidores	1.379	2.362
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.787	34.277
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	0	558
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-12.735	-8.600
1.01.03.02.04	Indenização Porto Góes	0	37.690
1.01.03.02.05	Renda da Prestação de Serviços	48.482	2.589
1.01.04	Estoques	1.964	2.111
1.01.07	Despesas Antecipadas	22	65
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	132.558	104.699
1.01.08.03	Outros	132.558	104.699
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	11.730	11.349
1.01.08.03.02	Outros Créditos	20.741	15.852
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	875	221
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	47.712	44.991
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	33.176	31.211
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	18.324	1.075
1.02	Ativo Não Circulante	836.480	851.707
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	450.321	481.776
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	450.321	481.776
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.121	4.691
1.02.01.09.04	Valores a Receber	0	43.123
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	442.200	433.962
1.02.02	Investimentos	1.390	1.389
1.02.03	Imobilizado	384.317	367.977
1.02.04	Intangível	452	565
1.02.04.01	Intangíveis	452	565

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.103.280	1.067.195
2.01	Passivo Circulante	101.556	75.244
2.01.02	Fornecedores	15.153	7.635
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.153	7.635
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.464	4.756
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.094	4.327
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	401	203
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	759	1.135
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	165	246
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. -empresa	1.692	2.000
2.01.03.01.05	Outros	1.077	743
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	280	339
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	280	339
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	81.939	62.853
2.01.05.02	Outros	81.939	62.853
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	86	86
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	5.203	4.713
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	12.672	11.081
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	8.808	7.855
2.01.05.02.07	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	647
2.01.05.02.08	Energia de Curto Prazo	0	1.419
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	23.698	22.789
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	16.427	872
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	14.873	13.391
2.02	Passivo Não Circulante	329.345	345.319
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.815	29.893
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	47.815	29.893
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	47.815	29.893
2.02.02	Outras Obrigações	96.725	105.495
2.02.02.02	Outros	96.725	105.495
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	149	216
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	79.605	88.308
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	133.054	127.811
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	133.054	127.811
2.02.04	Provisões	51.751	82.120
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.926	31.462
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.109	26.478
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.817	4.984
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	50.658
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	50.658
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	672.379	646.632
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-162	-25.909

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.226	146.175	46.543	136.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.230	-165.301	-53.177	-177.731
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 30)	-66.230	-165.301	-53.177	-177.731
3.03	Resultado Bruto	-16.004	-19.126	-6.634	-41.339
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.559	3.588	2	24.505
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.559	3.588	2	24.505
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.445	-15.538	-6.632	-16.834
3.06	Resultado Financeiro	17.513	49.798	10.029	39.745
3.06.01	Receitas Financeiras	22.487	60.454	18.942	58.037
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 31)	9.757	29.713	8.831	27.676
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 31)	12.730	30.741	10.111	30.361
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.974	-10.656	-8.913	-18.292
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 31)	-315	-1.339	-364	-1.452
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 31)	-21	-936	-22	-358
3.06.02.03	Entidade de Previdência a Empregados	-4.638	-8.381	-8.527	-16.482
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.068	34.260	3.397	22.911
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.394	-8.513	-6.526	-19.061
3.08.01	Corrente	-158	-3.270	-49	-9.947
3.08.02	Diferido	-7.236	-5.243	-6.477	-9.114
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.326	25.747	-3.129	3.850
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.326	25.747	-3.129	3.850
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.326	25.747	-3.129	3.850
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,06531	0,72302	-0,08788	0,10813
3.99.01.02	ON	-0,05937	0,65729	-0,07989	0,09830

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.326	25.747	-3.129	3.850
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.326	25.747	-3.129	3.850
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.326	25.747	-3.129	3.850

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-45.290	-17.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-28.766	-8.276
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	25.747	3.850
6.01.01.02	Depreciação	14.949	18.686
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-44.911	-37.634
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-3.560	-24.609
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.243	9.113
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	4.135	2.158
6.01.01.07	Outras provisões	0	-4.360
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de prov. p/ custos socioambientais	-32.833	32.833
6.01.01.09	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	6.793	3.081
6.01.01.10	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-4.329	-11.394
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.524	-9.547
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	-1.675	-431
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	983	239
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	558	2.757
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-17.249	0
6.01.02.05	Renda da prestação de serviços	2.174	3.685
6.01.02.06	Tributos e contribuições compensáveis	-381	-598
6.01.02.07	Estoques	147	535
6.01.02.08	Despesas antecipadas	43	-3.986
6.01.02.09	Outros créditos	-4.889	-9.024
6.01.02.10	Cauções de depósitos vinculados	-5.395	-8.469
6.01.02.11	Fornecedores	7.518	-726
6.01.02.12	Folha de pagamento	490	-1.481
6.01.02.13	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.591	1.965
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-359	-3.174
6.01.02.15	Entidade de previdência a empregados	-16.175	-10.707
6.01.02.16	Taxas regulamentares	953	170
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	-475	-110
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	-1.419	0
6.01.02.19	Depósitos vinculados	15.555	12.806
6.01.02.20	Outros passivos	1.481	7.002
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	48.136	-16.442
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	2.917	22.216
6.02.02	Adições ao imobilizado	-31.518	-69.566
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	38.703	30.908
6.02.04	Indenização Porto Góes	37.690	0
6.02.05	Baixa do ativo imobilizado	344	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.595	-8.843
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	16.595	-8.843
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.441	-43.108
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.502	81.933
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.943	38.825

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632	0	646.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632	0	646.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.747	0	25.747	0	25.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.747	0	25.747	0	25.747
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-162	0	672.379	0	672.379

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.850	0	3.850	0	3.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.850	0	3.850	0	3.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.529	5.529	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.529	5.529	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	115.055	-11.861	0	775.735	0	775.735

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	231.473	250.371
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	167.669	159.286
7.01.02	Outras Receitas	36.421	24.628
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	31.518	68.616
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.135	-2.159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-121.058	-137.659
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-121.058	-137.659
7.03	Valor Adicionado Bruto	110.415	112.712
7.04	Retenções	-14.949	-18.686
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.949	-18.686
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.466	94.026
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.089	1.957
7.06.02	Receitas Financeiras	29.713	27.676
7.06.03	Outros	-13.624	-25.719
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-8.381	-16.482
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	0	-123
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos	-5.243	-9.114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	111.555	95.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	111.555	95.983
7.08.01	Pessoal	68.838	66.952
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.032	59.900
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.909	5.008
7.08.01.04	Outros	1.897	2.044
7.08.01.04.01	Entidade de previdência a empregados (Contrib. ao Plano)	1.897	2.044
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.924	53.101
7.08.02.01	Federais	37.802	45.690
7.08.02.02	Estaduais	73	1.457
7.08.02.03	Municipais	7.049	5.954
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-27.954	-27.920
7.08.03.01	Juros	1.339	1.452
7.08.03.02	Aluguéis	512	631
7.08.03.03	Outras	-29.805	-30.003
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-29.805	-30.003
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.747	3.850
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.747	3.850

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

As receitas operacionais atingiram R\$ 56.866, obtidas principalmente pelo fornecimento, suprimento de energia – leilão, energia de curto prazo - CCEE e prestação de serviços (Nota 29.1).

Os custos operacionais apresentaram um aumento de 17,86% em relação ao mesmo trimestre de 2012 em alguns itens, (principalmente em virtude da provisão para compromissos ambientais) tais como energia de curto prazo – CCEE, material e serviços de terceiros em contraposição ao aumento em outras rubricas (Nota 30.2).

Como consequencia dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou o trimestre com resultado operacional bruto de R\$ 16.004 (negativo).

O Resultado financeiro de R\$ 17.513 (positivo), decorreu principalmente de receitas de atualização do arrendamento a receber – UTE Piratininga, de quotas subordinadas FIDC e atualização do contrato com o DAEE, em contraposição de despesas de juros e variações monetárias do FIDC e outras obrigações (Nota 31.1).

O lucro antes dos impostos foi de R\$ 5.068. Após a apropriação da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Fiscal Tributável e da contribuição social e imposto de renda diferidos, a EMAE encerrou o trimestre com prejuízo de R\$ 2.326.

Comentário do Desempenho

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (ACUMULADO)

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
1 - Endividamento		
$\frac{\text{Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações}}{\text{Ativo Total}}$	0,34	0,38
2 - Liquidez Corrente		
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,38	2,86
3 - Liquidez Geral		
$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações}}$	2,91	2,64
4 - Capitalização		
$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	0,64	0,61
5 - Produtividade		
$\frac{\text{Receita Operacional Bruta}}{\text{Ativo Total}}$	0,16	0,19
6 - Valor Patrimonial da Ação		
$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de Ações}}$	18,20	17,50
INDICADORES OPERACIONAIS		
1 - Número de Empregados (*)	550	600

(*) Informação não revisada pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A Empresa tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 22/12/2010, a Empresa constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com previsão de entrar em operação em 2014.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Empresa passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração-RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que recebem as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Empresa, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento-P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Notas Explicativas

Da receita operacional bruta da EMAE no terceiro trimestre de 2013, 35% (32% no terceiro trimestre de 2012) foram provenientes de contratos de comercialização de energia elétrica e de contabilização e liquidação de energia de curto prazo efetuado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo os restantes 13% em 2013 (19% em 2012), provenientes de renda da prestação de serviços e de outras receitas. Em 2013, 59% da receita com energia elétrica corresponde ao novo regime de alocação de cotas (total de energia e potência das usinas), o restante da receita é proveniente dos contratos anteriormente firmados no ambiente de contratação livre (ACL), cujo lastro a EMAE adquiriu de outras geradoras e comercializadoras.

1.1 Renovação do Contrato de Concessão EMAE

O Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004, concedeu a Companhia o direito de explorar os serviços de geração de energia elétrica provenientes de cinco aproveitamentos hidrelétricos, todos com termo final para 30 de novembro de 2012. Conforme condições expressas na cláusula segunda do referido Contrato, o mesmo poderia ser prorrogado, a critério do Poder Concedente, por período de até 20 (vinte) anos.

Atendendo aos trâmites legais, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou junto a ANEEL, requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16 de março de 2012, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao MME, requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual se pronuncia favoravelmente em relação às UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Izabel, sendo que estas duas últimas usinas não estavam em operação e não compunham a garantia física da Companhia.

No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em síntese, a referida Medida Provisória, possibilitava a renovação das concessões vincendas, por até 30 anos, a partir de 2013, desde que as concessionárias aceitassem as seguintes condições:

- remuneração por tarifa calculada pela ANEEL, para cada usina hidrelétrica;
- alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela ANEEL; e
- submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Em 01 de novembro, foi publicada a Portaria MME nº 578, que definia as tarifas iniciais das Usinas Hidrelétricas e a Portaria Interministerial nº 602, que definia os valores de indenização para concessões de geração de energia elétrica. A partir da definição dos valores das tarifas e das indenizações, a EMAE realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regimento. É importante ressaltar que a Companhia se encontrava em situação bastante distinta de outros concessionários do setor, visto que seu contrato de concessão estava na iminência de vencer.

Diante disso, submeteu, em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de novembro de 2012, a proposta de renovação aos Acionistas, que aceitaram os termos e autorizaram a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorrogava as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Estas informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 – Informações Intermediárias e Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 03/11.

Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2012 que não sofreram modificações no trimestre não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2012.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 01/11/2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na nota explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

Notas Explicativas

2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Conseqüentemente, a Empresa concluiu que possui dois segmentos passíveis de reporte que são: geração e comercialização de energia.

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2012, disponíveis no site da CVM.

2.7 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>30.09.13</u>	<u>31.12.12</u>
Caixa e bancos conta movimento.....	2.323	4.805	2.323	4.805
Aplicações financeiras (a).....	49.910	37.611	73.620	51.697
	<u>52.233</u>	<u>42.416</u>	<u>75.943</u>	<u>56.502</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 5,776% em 30/09/2013 e 7,9599% em 31/12/2012.

Notas Explicativas

4. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	17.147	15.472
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	1.379	2.362

5. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 14).

6. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No terceiro trimestre de 2013 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Notas 29.1 e 29.4).

7. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
Circulante		
Contrato (1)	-	221
Contrato (2)	378	-
Contrato (3)	497	-
	<u>875</u>	<u>221</u>

(1) Refere-se a alienação do imóvel de 14.750,00 m², localizado na Rua Miguel Barbar nº 576, Bairro Vila Gustavo Correia, Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 2.615 para a empresa G. P. Service Remoção de Veículos Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 26 de março de 2012. Foi dado como entrada o valor de R\$ 500 e o saldo restante para recebimento em 10 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.

Notas Explicativas

(2) Refere-se a alienação do imóvel de 280,00 m², localizado na Rua Coliseu, s/n, no Bairro Itaim Bibi, São Paulo, Capital, pelo valor de R\$ 581 para a empresa CENTERANEL 2 Participações Ltda, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 27 de agosto de 2013. Foi dado como entrada o valor de R\$ 170 e o saldo restante para recebimento em 12 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.

(3) Refere-se a alienação do imóvel de 6.894,00 m², localizado na Estrada Caminho do Mar, km 34, no Bairro Alto da Serra, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 656 para o Sr. Daniel Passarelli Pereira de Moraes, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 20 de agosto de 2013. Foi dado como entrada o valor de R\$ 117 e o saldo restante para recebimento em 12 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.

8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
Não circulante		
Contrato.....	-	43.123

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

Em 2011, o valor a receber registrado nesta conta, representava o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

Em 2012, foi reclassificado o valor a pagar de R\$ 29.893 à CESP – Companhia Energética de São Paulo em conta do passivo, pago integralmente pela EMAE.

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores, pela aquisição de equipamentos que serão utilizados no parque gerador da EMAE e da Pirapora Energia.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Circulante				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	1.013	879	1.046	879
Imposto de renda a compensar (b).....	5.626	5.626	5.626	5.733
Contribuição social a compensar (b).....	2.472	2.472	2.472	2.472
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	1.919	1.483	1.919	1.483
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	122	363	122	363
Outros.....	145	19	145	19
	<u>11.697</u>	<u>11.242</u>	<u>11.730</u>	<u>11.349</u>

(a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

(b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

(c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.

(d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

11. INDENIZAÇÃO PORTO GÓES

A Empresa, inconformada com a publicação da Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1º de novembro de 2012, que não a incluiu no rol das empresas a serem indenizadas pela parcela não depreciada de seus ativos de acordo com o critério do Valor Novo de Reposição, pleiteou junto ao MME, a revisão da citada Portaria com vistas a ser indenizada pelos investimentos atinentes à máquina 3 da Usina Porto Góes.

O pleito foi acolhido e a Empresa indenizada em R\$ 37 milhões com base em critério do próprio MME, denominado de Valor Novo de Reposição (VNR). A operação resultou num ganho de R\$ 8 milhões, decorrente da diferença apurada entre o saldo não depreciado de R\$ 29 milhões e o valor da indenização.

12. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE, sua subsidiária integral.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011, que aprovou o CPC 06 (R1), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 (R1) para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

Notas Explicativas

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.13
	Saldo 31.12.12	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	44.991	19.532	21.893	(38.703)	47.713
Não Circulante.....	433.962	(19.532)	27.769	-	442.199
	478.953	-	49.662	(38.703)	489.912

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(193.807)	(215.700)
Varição monetária.....	226.162	198.393
Recebimentos.....	(307.443)	(268.740)
	489.912	478.953

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2013.....	47.712
Não circulante	
De 2014 até 2018.....	187.319
De 2019 até 2024.....	254.881
	<u>442.200</u>
Total	<u>489.912</u>

13. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Circulante				
Serviços em curso (1).....	4.704	4.108	4.704	4.108
Outros créditos (2).....	16.037	12.296	16.037	11.744
	<u>20.741</u>	<u>16.404</u>	<u>20.741</u>	<u>15.852</u>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

Notas Explicativas

14. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 12.735 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 8.600 em 31 de dezembro 2012).

	Controladora e Consolidado		
	30.09.13	Provisão	31.12.12
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(12.735)	(4.135)	(8.600)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

15.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	33.933	22.696	34.260	22.911	33.933	22.696	34.260	22.911
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(8.483)	(5.674)	(8.565)	(5.728)	(3.054)	(2.043)	(3.083)	(2.062)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(2.464)	(3.005)	(2.464)	(3.005)	(887)	(1.082)	(887)	(1.082)
Outros.....	34	(161)	34	(161)	(387)	(467)	(387)	(509)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	7.761	(4.913)	7.761	(4.913)	2.794	(1.769)	2.794	(1.769)
Outros (PAT, incentivos).....	-	74	-	(25)	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	(2.734)	-	(2.888)	-	(766)	194	(828)	193
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(5.886)	(13.679)	(6.122)	(13.832)	(2.300)	(5.167)	(2.391)	(5.229)
Corrente.....	(2.031)	(6.978)	(2.267)	(7.131)	(912)	(2.754)	(1.003)	(2.816)
Diferido.....	(3.855)	(6.701)	(3.855)	(6.701)	(1.388)	(2.413)	(1.388)	(2.413)
Aliquota efetiva.....	17%	60%	18%	60%	7%	23%	7%	23%

15.2 Composição dos saldos:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2012 (a).....	-	75.100	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	59.097	57.009	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2013 (c).....	(7.761)	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (d).....	-	-	97.834	93.979
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2012 (a).....	-	27.036	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	16.234	15.882	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2013 (c).....	(2.794)	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (d).....	-	-	35.220	33.832
	64.776	175.027	133.054	127.811
Provisão para créditos tributários (e).....	(64.776)	(175.027)	-	-
	-	-	133.054	127.811

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2012, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e de 2013.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 12).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

Notas Explicativas

16. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	33.176	31.211
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	8.121	4.691
	<u>41.297</u>	<u>35.902</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 16.650 (R\$ 22.847 em 31 de dezembro de 2012) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 16.526 (R\$ 8.364 em 31 de dezembro de 2012) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.

17. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora e Consolidado				
	30.09.13			31.12.12	
	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos.....		6.713	-	6.713	6.715
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	695.555	(396.229)	299.326	309.331
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6%	79.300	(50.351)	28.949	29.876
Máquinas e Equipamentos.....	2,6%	446.388	(280.905)	165.483	153.501
Veículos.....	6,7%	8.420	(6.076)	2.344	2.628
Móveis e Utensílios.....	1,1%	2.109	(2.026)	83	94
Subtotal.....		<u>1.238.485</u>	<u>(735.587)</u>	<u>502.898</u>	<u>502.145</u>
Em curso		<u>27.831</u>	<u>-</u>	<u>27.831</u>	<u>42.711</u>
Redução ao Valor recuperável - CPC 01....		<u>(188.405)</u>	<u>-</u>	<u>(188.405)</u>	<u>(193.125)</u>
Total Controladora		<u>1.077.911</u>	<u>(735.587)</u>	<u>342.324</u>	<u>351.731</u>
Em curso		<u>41.993</u>	<u>-</u>	<u>41.993</u>	<u>16.246</u>
Total Consolidado		<u>1.119.904</u>	<u>(735.587)</u>	<u>384.317</u>	<u>367.977</u>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30.09.2013 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.12			Transferências	Depreciação do período	Saldo em 30.09.13
		Adições	Baixas				
Em serviço							
Terrenos.....		6.715	-	(2)	-	-	6.713
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	309.331	-	-	-	(10.005)	299.326
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6%	29.876	-	-	-	(927)	28.949
Máquinas e Equipamentos.....	2,6%	153.501	-	-	20.038	(8.056)	165.483
Veículos.....	6,7%	2.628	-	(2)	235	(517)	2.344
Móveis e Utensílios.....	1,1%	94	-	-	5	(16)	83
Subtotal.....		502.145	-	(4)	20.278	(19.521)	502.898
Em curso.....		42.711	5.771	(340)	(20.311)	-	27.831
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(193.125)	-	-	-	4.720	(188.405)
Total Controladora.....		351.731	5.771	(344)	(33)	(14.801)	342.324
Em curso.....		16.246	25.747	-	-	-	41.993
Total Consolidado.....		367.977	31.518	(344)	(33)	(14.801)	384.317

Depreciação no resultado:

	30.09.13	30.09.12
Imobilizado.....	14.801	18.430
Intangível.....	148	256
	14.949	18.686

17.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 12).

Conforme exposto no item 1.1, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 – ANEEL, firmado em 04 de dezembro de 2012, entre a União e a EMAE, nos termos da MP nº 579, prorrogou por 30 anos as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos		Termo Final da Concessão
							Concessão	Prorrogação	
Rasgão*	22,000				2	Rio Tietê/Pirapora de Bom Jesus/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Henry Borden	889,000	2,460	7,864	10,130%	14	Rio das Pedras/Cubatão/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Porto Góes*	24,800				3	Rio Tietê/Salto/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042

*Usinas não despachadas centralizadamente.

17.2 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens

Notas Explicativas

inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

18. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
	Circulante	
Provisão de férias e gratificação de férias.....	9.218	6.608
Encargos sociais sobre férias.....	3.454	4.473
	<u>12.672</u>	<u>11.081</u>

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Circulante				
COFINS s/ receitas.....	759	1.135	759	1.135
PIS s/ receitas.....	165	246	165	246
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	280	339	280	339
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.692	2.000	1.692	2.000
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	-	401	203
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90
Outros.....	1.077	743	1.077	743
	<u>4.063</u>	<u>4.553</u>	<u>4.464</u>	<u>4.756</u>
Não circulante				
IPTU - REFIS (2).....	149	216	149	216
	<u>4.212</u>	<u>4.769</u>	<u>4.613</u>	<u>4.972</u>

(1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em setembro a serem pagos em outubro de 2013.

(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Cessão de Direitos Creditícios do Instrumento de Reconhecimento de Obrigações firmado com o DAEE para a CESP (Nota 8), que no exercício de 2011 estava contabilizado no valor líquido a receber do DAEE. Em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado como empréstimo e financiamento a pagar para a CESP.

Em 8 de março de 2012 a Empresa Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). No 3º trimestre 2013 foi recebida a segunda parcela no valor de R\$ 21.000, totalizando um recebimento de 47.815 até 30.09.2013.

21. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		30.09.13		31.12.12	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	23.698	98.082	121.780	129.574
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(18.477)	(18.477)	(18.477)
		<u>23.698</u>	<u>79.605</u>	<u>103.303</u>	<u>111.097</u>

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 30 de setembro de 2013 está representada por:

Controladora e Consolidado			
31.12.12		30.09.13	
Saldo	Amortização	Despesa	Saldo
111.097	(16.175)	8.381	103.303

No resultado:	30.09.13	30.09.12
Plano BSPS.....	8.381	16.482
Plano CD.....	1.897	2.044
	10.278	18.526

21.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldo do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

21.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 103.303

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Notas Explicativas

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2013, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33(R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

22. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal.....	-	352
- Diferença de quotas - 2010 (2).....	683	32
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.115	1.326
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	25	42
Quota para P&D - FNDCT (4).....	131	94
Quota para P&D - EPE (4).....	65	47
P&D - Recursos para projetos (4).....	6.789	5.962
	<u>8.808</u>	<u>7.855</u>
Não circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (3).....	769	769
	<u>9.577</u>	<u>8.624</u>

- (1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- (2) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013.
- (3) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.
- (4) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

23. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 30 de setembro de 2013 de R\$ 16.427 (R\$ 872 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias e para construção da ciclovia pomar urbano.

Notas Explicativas

24. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
	<u>30.09.13</u>	<u>31.12.12</u>
Não circulante		
Compromissos socioambientais.....	17.825	50.658

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.12	30.09.13		
	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	16.737	1.091	-	17.828
Diversas.....	9.741	3.042	(1.502)	11.281
	<u>26.478</u>	<u>4.133</u>	<u>(1.502)</u>	<u>29.109</u>
Cíveis.....	4.984	2.660	(2.827)	4.817
	<u>31.462</u>	<u>6.793</u>	<u>(4.329)</u>	<u>33.926</u>

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 17.828 em 30 de setembro de 2013.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas e cíveis em 30 de setembro de 2013, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Administrativo.....	-	-	321	111	2.313	7
Ambiental.....	-	-	40.885	-	-	-
Cível.....	4.817	4.984	22.996	11.878	4.320	11.673
Trabalhista.....	29.109	26.478	9.983	8.102	25.049	36.367
Tributária.....	-	-	-	-	789	2.846
	<u>33.926</u>	<u>31.462</u>	<u>74.185</u>	<u>20.091</u>	<u>32.471</u>	<u>50.893</u>

Notas Explicativas

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, os montantes mais relevante referem-se à processos de natureza ambiental e trabalhista, sendo que o trabalhista caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

26. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 31).

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

27.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de setembro de 2013 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 976 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2012) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

27.2 Manutenção das Barragens Penha e Móvel – DAEE

Em 30 de setembro de 2013 existe o valor residual de R\$ 2 a receber pela prestação de serviços de manutenção nas barragens do DAEE.

27.3 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações – DAEE

Em 30 de setembro de 2013 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 30.627.

27.4 Cessão de Direitos Creditícios para a CESP

Em 30 de setembro de 2013 a EMAE não possui saldo a pagar referente a cessão de Direitos do Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações mantido com o DAEE.

27.5 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contou com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém, sempre foi condicionada à devida compensação financeira.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como a dos Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Notas Explicativas

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à empresa de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em setembro de 2012, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a EMAE solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da EMAE encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à EMAE estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo – DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da EMAE na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da EMAE não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a EMAE propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a EMAE propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com a empresa antecessora da SABESP, distribuída à 5ª Vara Cível Central, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100, cuja sentença foi publicada em 28/02/2013, julgando procedente o pedido da EMAE e determinando providências para o imediato início da arbitragem e nomeando o árbitro que irá julgar o procedimento arbitral a ser instaurado, seguindo as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 07/03/2013, a EMAE recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferidas na ação que move contra a SABESP.

Notas Explicativas

Em 30/04/2013, a EMAE apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 05.07.2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido seu recurso de apelação sem efeito suspensivo, distribuído sob o número 0129811-62.2013.8.26.0000AI, com fundamento no inciso III do artigo 527 do CPC.

Em 31.7.2013, a AMCHAM comunicou a EMAE da suspensão do procedimento arbitral até a publicação da decisão final do Agravo de Instrumento interposto pela SABESP.

Em 04/09/2013, a EMAE protocolizou a petição inicial da ação de cobrança das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo – SP (Ver eventos subsequentes na Nota Explicativa nº 36.1).

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 30 de setembro de 2013 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitanano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações.....	-	-	2.011.400	9,04	2.011.400	5,44
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	506.000	2,28	506.000	1,37
Outros.....	-	-	3.043.695	13,68	3.043.695	8,24
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

28.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembléia geral.

Notas Explicativas

28.3 Lucro por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valor por ação):

	30.09.13		30.09.12	
Lucro do período.....		25.747		3.850
Lucro disponível aos acionistas preferenciais.....	R\$	16.081	R\$	2.405
Lucro disponível aos acionistas ordinários.....	R\$	9.666	R\$	1.445
	R\$	25.747	R\$	3.850
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Total.....		36.947.084		36.947.084
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$	0,7230	R\$	0,1081
Ação Ordinária.....	R\$	0,6573	R\$	0,0983

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

29.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 30 de Setembro

Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica.....	4.712	6.281
Cotas de energia elétricas.....	29.544	-
Suprimento de energia - leilão.....	-	26.293
Suprimento de energia - comercializadores.....	14.544	2.513
Energia de curto prazo - CCEE.....	922	8.265
Renda da prestação de serviços.....	5.769	6.201
Outras receitas.....	1.375	3.849
	56.866	53.402
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(641)	(1.056)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(4.279)	(3.678)
PIS sobre receitas operacionais.....	(930)	(799)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	(589)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(288)	(310)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(502)	(427)
	(6.640)	(6.859)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	50.226	46.543

Notas Explicativas

29.2 Conciliação da receita operacional líquida para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica.....	14.301	19.695
Cotas de energia elétricas.....	87.612	-
Suprimento de energia - leilão.....	-	77.920
Suprimento de energia - comercializadores.....	43.165	6.649
Energia de curto prazo - CCEE.....	2.240	27.154
Renda da prestação de serviços.....	17.546	18.636
Outras receitas.....	2.805	9.232
	<u>167.669</u>	<u>159.286</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(641)	(3.168)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(15.161)	(13.205)
PIS sobre receitas operacionais.....	(3.292)	(2.867)
ICMS sobre receitas operacionais.....	(73)	(1.457)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(877)	(925)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.450)	(1.272)
	<u>(21.494)</u>	<u>(22.894)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>146.175</u>	<u>136.392</u>

29.3 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da EMAE passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória – MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração – RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

29.4 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No período findo em 30 de setembro de 2013 o fornecimento para consumidores livres e o suprimento para comercializadoras de energia, resultou em um faturamento de R\$ 4,7 milhões (R\$ 6,2 milhões no mesmo período em 2012) e R\$ 14,5 milhões (R\$ 2,5 milhões no mesmo período em 2012), respectivamente. Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da CESP – Cia. Energética de São Paulo.

Notas Explicativas

29.5 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	25.794	39.190	4.712	6.281
Cotas de Garantia Física				
Cotas de energia elétrica.....	321.593	-	29.544	-
Suprimento				
Energia de leilão.....	-	270.396	-	26.293
Agentes comercializadores.....	147.936	29.520	14.544	2.513
	<u>147.936</u>	<u>299.916</u>	<u>14.544</u>	<u>28.806</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	922	8.265
Total.....	<u>495.323</u>	<u>339.106</u>	<u>49.722</u>	<u>43.352</u>

29.6 Energia Elétrica Vendida para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	77.022	119.805	14.301	19.695
Cotas de Garantia Física				
Cotas de energia elétrica.....	968.728	-	87.612	-
Suprimento				
Energia de leilão.....	-	816.245	-	77.920
Agentes comercializadores.....	439.051	63.775	43.165	6.649
	<u>439.051</u>	<u>880.020</u>	<u>43.165</u>	<u>84.569</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	2.240	27.154
Total.....	<u>1.484.801</u>	<u>999.825</u>	<u>147.318</u>	<u>131.418</u>

(1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

29.7 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 30 de Setembro

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	-	354
Petrobras (UTE's).....	4.732	4.846
PMSF (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.015	980
Outros serviços.....	22	21
	<u>5.769</u>	<u>6.201</u>

Notas Explicativas

29.8 Renda da prestação de serviços para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	145	4.534
Petrobras (UTE's).....	15.440	11.962
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.894	2.049
CTEEP (Subestação Piratininga).....	-	27
Outros serviços.....	67	64
	<u>17.546</u>	<u>18.636</u>

Notas Explicativas

30. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

30.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(2.166)	-	-	-	-	-	(2.166)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(23.670)	-	-	-	-	-	(23.670)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(806)	(997)	-	-	-	-	(806)	(997)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.652)	(1.335)	-	-	-	-	(1.652)	(1.335)
Pessoal.....	(26.415)	(27.536)	-	-	-	-	(26.415)	(27.536)
Material.....	(1.769)	(1.491)	-	-	-	-	(1.769)	(1.491)
Serviço de terceiros.....	(8.599)	(9.718)	-	-	-	-	(8.599)	(9.718)
Depreciação.....	(4.931)	(6.083)	-	-	-	-	(4.931)	(6.083)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(478)	9.802	-	-	-	-	(478)	9.802
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	1.502	(11.395)	-	-	-	-	1.502	(11.395)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(433)	(490)	-	-	-	-	(433)	(490)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	3.588	1	3.588	1
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	324	111	324	111
Outras.....	1.027	(1.748)	-	-	(29)	1	998	(1.747)
Total.....	(66.224)	(53.157)	-	-	3.883	113	(62.341)	(53.044)

Notas Explicativas

30.2 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(2.166)	-	-	-	-	-	(2.166)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(23.670)	-	-	-	-	-	(23.670)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(806)	(997)	-	-	-	-	(806)	(997)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.652)	(1.335)	-	-	-	-	(1.652)	(1.335)
Pessoal.....	(26.415)	(27.536)	-	-	-	-	(26.415)	(27.536)
Material.....	(1.769)	(1.491)	-	-	-	-	(1.769)	(1.491)
Serviço de terceiros.....	(8.600)	(9.738)	-	-	-	-	(8.600)	(9.738)
Depreciação.....	(4.931)	(6.083)	-	-	-	-	(4.931)	(6.083)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(478)	9.802	-	-	-	-	(478)	9.802
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	1.502	(11.395)	-	-	-	-	1.502	(11.395)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(433)	(490)	-	-	-	-	(433)	(490)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	3.588	1	3.588	1
Outras.....	1.022	(1.748)	-	-	(29)	1	993	(1.747)
Total.....	(66.230)	(53.177)	-	-	3.559	2	(62.671)	(53.175)

Notas Explicativas

30.3 Para os períodos findos em 30 de Setembro

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(3.686)	-	-	-	-	-	(3.686)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(62.530)	(3.300)	-	-	-	-	(62.530)	(3.300)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.117)	(2.684)	-	-	-	-	(2.117)	(2.684)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.784)	(4.881)	-	-	-	-	(3.784)	(4.881)
Pessoal.....	(77.896)	(75.960)	(530)	(555)	-	-	(78.426)	(76.515)
Material.....	(4.242)	(3.814)	-	-	-	-	(4.242)	(3.814)
Serviço de terceiros.....	(27.073)	(26.009)	-	-	-	-	(27.073)	(26.009)
Depreciação.....	(14.949)	(18.686)	-	-	-	-	(14.949)	(18.686)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(6.792)	(24.468)	-	-	-	-	(6.792)	(24.468)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	37.162	-	-	-	-	-	37.162	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(4.135)	(2.159)	-	-	-	-	(4.135)	(2.159)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	3.588	24.627	3.588	24.627
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	687	470	687	470
Outras.....	1.616	(11.509)	-	-	-	(122)	1.616	(11.631)
Total.....	(164.740)	(177.156)	(530)	(555)	4.275	24.975	(160.995)	(152.736)

Notas Explicativas

30.4 Para os períodos findos em 30 de Setembro

Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(3.686)	-	-	-	-	-	(3.686)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(62.530)	(3.300)	-	-	-	-	(62.530)	(3.300)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.117)	(2.684)	-	-	-	-	(2.117)	(2.684)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.784)	(4.881)	-	-	-	-	(3.784)	(4.881)
Pessoal.....	(77.896)	(75.960)	(530)	(555)	-	-	(78.426)	(76.515)
Material.....	(4.242)	(3.814)	-	-	-	-	(4.242)	(3.814)
Serviço de terceiros.....	(27.084)	(26.029)	-	-	-	-	(27.084)	(26.029)
Depreciação.....	(14.949)	(18.686)	-	-	-	-	(14.949)	(18.686)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(6.792)	(24.468)	-	-	-	-	(6.792)	(24.468)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	37.162	-	-	-	-	-	37.162	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(4.135)	(2.159)	-	-	-	-	(4.135)	(2.159)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	3.588	24.627	3.588	24.627
Outras.....	1.596	(11.509)	-	-	-	(122)	1.596	(11.631)
Total.....	(164.771)	(177.176)	(530)	(555)	3.588	24.505	(161.713)	(153.226)

Notas Explicativas

30.5 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora e	
	Consolidado	
	2013	2012
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	-	2.166
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	806	997
	<u>806</u>	<u>3.163</u>

30.6 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e	
	Consolidado	
	2013	2012
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	-	3.686
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	2.117	2.684
	<u>2.117</u>	<u>6.370</u>

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

31. RESULTADO FINANCEIRO

31.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Entidade de previdência à empregados.....	(4.638)	(8.527)	(4.638)	(8.527)
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.863	802	2.353	1.024
Atualização de valores a receber - DAEE.....	260	-	260	-
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	7.127	7.467	7.127	7.467
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	8	293	8	293
Outras.....	9	47	9	47
	<u>9.267</u>	<u>8.609</u>	<u>9.757</u>	<u>8.831</u>
Despesas				
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	3	(58)	3	(58)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(99)	(74)	(99)	(74)
Atualiz. TUSDg.....	-	(3)	-	(3)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	(14)	16	(16)	(26)
	<u>(313)</u>	<u>(322)</u>	<u>(315)</u>	<u>(364)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	12.730	10.111	12.730	10.111
Variações monetárias passivas.....	(21)	(22)	(21)	(22)
	<u>12.709</u>	<u>10.089</u>	<u>12.709</u>	<u>10.089</u>
	<u>17.025</u>	<u>9.849</u>	<u>17.513</u>	<u>10.029</u>

Notas Explicativas

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 30/09/2012 foram reclassificados de despesa de pessoal para resultado financeiro.

31.2 Para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Entidade de previdência à empregados.....	(8.381)	(16.482)	(8.381)	(16.482)
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	4.742	2.929	5.790	3.676
Atualização de valores a receber - DAEE.....	1.984	-	1.984	-
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	21.893	22.892	21.893	22.892
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	-	31	-	31
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	11	1.023	11	1.023
Outras.....	35	54	35	54
	<u>28.665</u>	<u>26.929</u>	<u>29.713</u>	<u>27.676</u>
Despesas				
Juros	(460)	(27)	(460)	(27)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(4)	(500)	(4)	(500)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(247)	(238)	(247)	(238)
Atualiz. TUSDg.....	-	(11)	-	(11)
Juros sobre RGR.....	(608)	(608)	(608)	(608)
Outras.....	(17)	(26)	(20)	(68)
	<u>(1.336)</u>	<u>(1.410)</u>	<u>(1.339)</u>	<u>(1.452)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	30.741	30.361	30.741	30.361
Variações monetárias passivas.....	(936)	(358)	(936)	(358)
	<u>29.805</u>	<u>30.003</u>	<u>29.805</u>	<u>30.003</u>
	<u>48.753</u>	<u>39.040</u>	<u>49.798</u>	<u>39.745</u>

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 30/09/2012 foram reclassificados de despesa de pessoal para resultado financeiro.

32. SEGUROS

A Administração da Empresa mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2013	09.04.2014	3.500	126
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2013	08.02.2014	1.500	10
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..	28.11.2012	28.11.2013	324	2
			<u>5.324</u>	<u>138</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros.
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

Notas Explicativas

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao contrato de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP e às aplicações financeiras.

(c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da MP nº 579, convertida na Lei 12.783 de 11/01/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

(e) Derivativos

Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(f) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

34. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas

b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Juros pagos.....	1.336	27	1.339	27
Juros recebidos.....	4.742	2.929	5.790	3.676
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	2.943	9.733	3.215	9.948

35. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o período findo em 30 de setembro de 2013 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 1.048 e despesas pré-operacionais no valor de R\$ 361, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 687 na Empresa Controladora. Durante o exercício 2013 foi pago a EMAE um montante de R\$ 552 a título de dividendos.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

Em complemento a Nota Explicativa nº 27.5, destacamos os seguintes eventos ocorridos após 30 de setembro de 2013:

Em 07.10.2013, considerando haver identidade entre o processo distribuído à 6ª Vara do Fórum Central com o processo de nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em tramite pela 5ª Vara Cível desse mesmo Fórum, o Juiz daquela Vara remeteu o os autos ao Cartório do Distribuidor para as providências de redistribuição do feito a 5ª Vara Cível.

Em 18.10.2013, a 36ª Câmara de Direito Privado, por seu relator, proferiu decisão concedendo o efeito suspensivo à decisão do juiz da 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo de remeter o processo referente à Ação Billings à 5ª Vara Cível do mesmo Fórum, até o julgamento final do Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, da SABESP.

Em 23.10.2013, por meio do Acórdão nº 2013.0000651986, foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela Sabesp para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AOS ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity , respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões

de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 342.324 mil, em 30 de setembro de 2013, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Renovação do contrato de concessão

Conforme nota explicativa nº 1.1, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual se pronuncia favoravelmente em relação às UHEs de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Isabel, sendo que estas duas últimas usinas estão inoperantes e não compunham a garantia física da Companhia. No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a Medida Provisória - MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em 1º de novembro de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 578, que definia as tarifas iniciais das Usinas Hidrelétricas e a Portaria Interministerial nº 602, que definia os valores de indenização para concessões de geração de energia elétrica. A partir da definição dos novos valores das tarifas e das indenizações, a EMAE realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regimento. Importante ressaltar que a Companhia se encontrava em situação bastante distinta de outros concessionários do setor, visto que seu contrato de concessão estava na iminência de vencer. Diante disso, submeteu, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 30 de novembro de 2012, a proposta de renovação aos Acionistas, que aceitaram os termos e autorizaram a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorrogava as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2013. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 24, a EMAE mantém provisão de R\$ 17.825 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros -Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Conseqüentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por nós que emitimos relatório datado de 20 de março de 2013, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, e de que conforme descrito na nota explicativa nº 17.2, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, a administração da empresa, considerando as modificações estabelecidas na MP nº 579/12 e regulamentações posteriores, introduzidas na prorrogação de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, por meio de consultoria especializada, efetuou os testes de recuperabilidade dos ativos, de acordo com a CPC 01(R1), para cada unidade geradora de caixa, que gerou uma provisão por redução do valor de recuperação no montante de R\$ 105.366 mil.

As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2012, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório de informações trimestrais, datado de 13 de novembro de 2012, sem ressalva e com

ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima.

São Paulo, 1º de novembro de 2013.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC 1 RS 43679 S SP
CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico